

# **PROJETO DE LEI N.º 1.455, DE 2023**

(Do Sr. Paulo Alexandre Barbosa)

Altera a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e dá outras providências.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-3564/2019.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

#### PROJETO DE LEI N.º , DE 2023

(Do Sr. Paulo Alexandre Barbosa)

Altera a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. Será instituído em cada porto organizado um conselho de autoridade portuária, órgão deliberativo e consultivo da administração do porto. (NR)

§ 1º O regulamento disporá sobre as atribuições, o funcionamento e a composição dos conselhos de autoridade portuária, assegurada a participação de representantes da classe empresarial, dos trabalhadores portuários e do poder público, inclusive municipal. (NR)

.....

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os Conselhos de Autoridade Portuária representam um importante instrumento de participação democrática e plural na administração dos portos organizados. De acordo com a Lei nº





12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, cada porto organizado contará com um conselho de autoridade portuária, com natureza consultiva, cabendo ao regulamento dispor sobre suas atribuições, funcionamento e composição.

Em que pese a importância da competência consultiva, é fundamental, para o fortalecimento dos Conselhos de Autoridade Portuária, que esses órgãos também disponham de competência deliberativa sobre os assuntos gerais e estratégicos dos portos organizados, conferindo assim autêntico poder decisório aos Conselhos nas matérias de sua atribuição. Os Conselhos de Autoridade Portuária reúnem representantes do Poder Público, da classe empresarial e da classe trabalhadora, de sorte que é fundamental que, além de ouvidos, os Conselhos também possam decidir sobre grandes e estratégicas questões pertinentes aos respectivos portos.

Com esse objetivo, o presente projeto de lei pretende alterar a redação do art. 20 da Lei nº 12.815/2013, a fim de prever a competência deliberativa para os Conselhos de Autoridade Portuária, ao lado da competência consultiva já detida por esses órgãos.

Ademais, a propositura também pretende assegurar, por meio de nova redação conferida ao § 1º do art. 20 da citada Lei, a participação de representantes do Poder Público municipal nos Conselhos de Autoridade Portuária. Os portos organizados estão situados nos territórios dos Municípios e as operações, atividades e serviços portuários trazem reflexos relevantes para as Prefeituras locais. Por isso, é fundamental que a participação de representantes do Poder Público municipal nos Conselhos de Autoridade Portuária esteja garantida por lei.



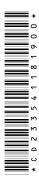


Destaca-se, por fim, que o presente projeto de lei se assenta na premissa do fortalecimento das relações Porto-Cidade como mecanismo para promoção do desenvolvimento nacional sustentável e garantia da qualidade de vida e da dignidade para os cidadãos e cidadãs locais.

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 2023.

# Deputado PAULO ALEXANDRE BARBOSA PSDB/SP









Coordenação de Organização da Informação Legislativa — CELEG

LEI № 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013 Art. 20 https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201306-

05;12815

### **FIM DO DOCUMENTO**